



REPÚBLICA DE ANGOLA

## SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

### COMUNICADO DE IMPRENSA

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros realizou hoje, dia 17 de Março de 2026, a sua 2.<sup>a</sup> Reunião Ordinária, na Sala de Reuniões do Gabinete de Gestão Documental e Biblioteca da Secretaria-Geral dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, sob orientação da Ministra de Estado para a Área Social, **Maria do Rosário Teixeira de Alva Sequeira Bragança**, no âmbito da competência que lhe foi delegada pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

Na reunião de hoje, a Comissão para a Política Social efectuou uma primeira abordagem do Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regime Jurídico sobre as Actividades de Inspeção e Supervisão Pedagógica às Instituições de Educação e Ensino, diploma que estabelece as normas e os procedimentos para a realização das actividades acima referidas, definindo os critérios para o exercício das funções de inspector e de supervisor pedagógico, tendo recomendado a sua melhoria, para posterior apreciação.

No domínio do Desporto, a Comissão para a Política Social, apreciou os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regulamento do Prémio Nacional do Desporto, diploma que estabelece a organização, as regras, as competências, os critérios e os procedimentos para a atribuição do Prémio Nacional do Desporto, reforçando a credibilidade, a imparcialidade e a eficácia do processo de reconhecimento;
- Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Regime Jurídico dos Contratos – Programa Desportivos, diploma que visa regular a celebração, execução, acompanhamento e avaliação dos contratos firmados entre o Estado e as entidades desportivas, com vista à prossecução de fins de interesse público desportivo. A Comissão para a Política Social considerou o projecto de diploma como primeira abordagem, tendo recomendado a sua melhoria para reapreciação em sede desta Comissão.

No sector do Ambiente, a Comissão para a Política Social apreciou os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Plano Nacional para a Biodiversidade de Angola (PLANABIO) 2026-2030, instrumento fundamental que visa orientar de forma coordenada, eficaz e participativa as políticas públicas e as acções de conservação, o uso sustentável e a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pela utilização da biodiversidade, no período em referência. Este documento está alinhado aos compromissos internacionais de Angola, recomendados pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), e aos objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente no que se refere à protecção dos ecossistemas terrestres e marinhos, à Agenda Africana-2063 e ao Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023-2027);
- Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Plano de Acção para a Conservação da Girafa em Angola 2026-2030, documento que visa orientar a conservação da girafa através da implementação de medidas que assegurem o fortalecimento das capacidades técnicas e institucionais, necessárias para a gestão sustentável da espécie.

Finalmente, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros tomou conhecimento dos seguintes documentos:

- Relatório de Implementação do Programa de Reforço do Sistema da Protecção Social (KWENDA), documento que procede ao balanço do referido Programa, ao longo dos 5 (cinco) anos da sua implementação;

Durante o período acima referido, o Programa KWENDA consolidou-se como a principal iniciativa de protecção social de Angola, alcançando uma escala, profundidade territorial e impacto social sem precedentes, tendo a sua execução global atingido 98,7%, um nível considerado satisfatório.

O Relatório refere que o orçamento do referido Programa foi alocado em três componentes, sendo que a componente das transferências monetárias dominou a alocação de recursos, com 82% do orçamento global, tendo beneficiado 1 371 602 (Um milhão, trezentos e setenta e um mil, seiscentos e duas) famílias, de 1 697 086 (Um milhão, seiscentos e noventa e sete mil, e oitenta e seis) cadastradas.

- Relatório de Balanço do Plano de Protecção às Pessoas com Albinismo (PAPPA), documento que espelha as acções realizadas no período de

Janeiro à Setembro de 2025, bem como os resultados alcançados e respectivos impactos.

O documento refere que foram formados e certificados jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social, tendo em conta a necessidade de produção e divulgação de programas relacionados com as pessoas com albinismo, em todo território nacional.

Na sequência, foram realizadas acções de sensibilização e mobilização nas comunidades sobre a educação, modalidades do desporto adaptado, ginástica e atletismo, formação em matéria de Monitor Desportivo, protecção às pessoas com albinismo, com destaque nas Províncias de Luanda, Cuanza Norte, Malanje, Huíla, Benguela, Bié e Cabinda, bem como nas estruturas militares das FAA.

O Relatório destaca, ainda, que foram mobilizados líderes tradicionais, associações das autoridades tradicionais, líderes de religiões e de grupos ecuménicos, que apoiam publicamente a causa da inclusão, ajudando a desmistificar preconceitos ligados ao albinismo.

**GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA DO SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS**, em Luanda, aos 17 de Março de 2026.